

método seguinte através de notificação, por uma das formas previstas nas alíneas a), b), c), ou d) do n.º 3 do artigo 30.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22-01, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6-04;

11.3 — As listas unitárias da avaliação final dos postos de trabalho referenciados neste aviso, serão publicitadas na página eletrónica da Câmara Municipal de Vizela em [www.cmvizela.pt](http://www.cmvizela.pt) — recursos humanos, bem como remetidas a cada candidato/a por correio eletrónico ou ofício registado, em data oportuna, após a aplicação dos métodos de seleção.

12 — Período experimental — O período experimental é o definido na alínea a) do n.º 1 do artigo 49.º da Lei n.º 35/2014, de 20-06 (90 dias).

13 — O recrutamento será feito nos termos definidos na alínea d) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 35/2014, de 20-06 e terá lugar após o termo do procedimento concursal.

14 — Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22-01, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6-04, o presente aviso é publicitado, integralmente na 2.ª série do *Diário da República*, na BEP ([www.bep.gov.pt](http://www.bep.gov.pt)), através do preenchimento do formulário próprio, devendo este estar disponível para consulta no 1.º dia útil seguinte à publicação na 2.ª série do *Diário da República*, na página eletrónica da Câmara Municipal de Vizela, por extrato disponível para consulta a partir da data da publicação no *Diário da República* e no prazo máximo de 3 dias úteis contados da mesma data, num jornal de expansão nacional.

15 — Nos termos do Decreto-Lei n.º 29/2001, de 03-02, o/a candidato/a com deficiência igual ou superior a 60 %, tem preferência em igualdade de classificação, a qual prevalece sob qualquer outra preferência legal. Os/as candidatos/as devem declarar no requerimento de admissão, sob compromisso de honra, o respetivo grau de incapacidade, o tipo de deficiência e os meios de comunicação/expressão a utilizar no processo de seleção, nos termos do diploma supramencionado.

16 — Legislação aplicável: Lei n.º 35/2014, de 20-06; Portaria n.º 83-A/2009, de 22-01, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6-04; Portaria n.º 1553-C/2008, de 31-12; Despacho n.º 11321/2009, de 17-03, do Ministro do Estado e das Finanças (publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 89, de 08-05-2009); Decreto-Lei n.º 29/2001, de 03-02.

17 — Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição da República, a Câmara Municipal de Vizela, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

19 de junho de 2018. — A Vereadora de Recursos Humanos, *Agostinha Freitas*, Dr.ª

311526173

## FREGUESIA DE AMARELEJA

### Aviso n.º 10103/2018

#### Contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado

Em conformidade com o disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho (doravante Lei), torna-se público que, na sequência do procedimento concursal aberto no âmbito da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro (doravante PREVP), para ocupação de dois postos de trabalho na carreira e categoria de Assistente Operacional, para constituição de vínculo de emprego público por tempo indeterminado, publicitado na Bolsa de Emprego Público com o código de oferta n.º OE201802/0165, e após aceitação do posicionamento remuneratório, foi celebrado contrato de trabalho por tempo indeterminado com Domingos Augusto dos Santos Rosado e Manuel António Ribeiro Machado, com data de início a 01 de julho de 2018 e com a remuneração correspondente à 1.ª posição remuneratória e ao nível remuneratório 1 da tabela remuneratória única para a carreira e categoria de Assistente Operacional, correspondente à retribuição mínima mensal. Nos termos do artigo 11.º do PREVP, os trabalhadores encontram-se dispensados do período experimental de 90 dias, estipulado pela alínea a) do n.º 1 do artigo 49.º do anexo da Lei, pois o tempo de exercício de funções numa situação de vínculo precário foi de 19 anos e 3 meses para o trabalhador Domingos Augusto dos Santos Rosado e de 17 anos e 6 meses e 20 dias para o trabalhador Manuel António Ribeiro Machado.

3 de julho de 2018. — O Presidente da Junta de Freguesia, *Joaquim Mário da Silva Ferreira*.

311476131

## UNIÃO DAS FREGUESIAS DE AMIEIRA E ALQUEVA

### Aviso n.º 10104/2018

#### Procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado

Nos termos dos artigos 30.º e 33.º, do anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na redação que lhe foi dada pela retificação n.º 37-A/2014, de 19 de agosto, pela Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, e pela Lei n.º 84/2015, de 7 de agosto e do artigo 19.º da portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, na redação que lhe foi dada pela portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, a assembleia de freguesia da União das Freguesias de Amieira e Alqueva autorizou — porque mediante proposta da junta de freguesia devidamente fundamentada e porque imprescindível o recrutamento, tendo em vista assegurar o cumprimento das obrigações de prestação de serviço público legalmente estabelecidas, e ponderada a carência dos recursos humanos no setor de atividade a que este se destina, bem como a evolução global dos recursos humanos nesta autarquia local — por deliberação de 28/12/2017, tendo a junta de freguesia deliberado em 11/06/2018, a abertura de procedimento concursal com vista à constituição de um vínculo jurídico de emprego público, que se rege e fundamenta nos termos que se seguem:

1 — Autorização dada por deliberação de 28/12/2017 da assembleia de freguesia da União das Freguesias de Amieira e Alqueva, quando aprovou o mapa de pessoal para o ano de 2018.

2 — Entidade que realiza o procedimento — União das Freguesias de Amieira e Alqueva.

3 — Número de postos de trabalho a ocupar — 1 (um).

4 — Modalidade de vínculo jurídico de emprego público a constituir — contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

5 — Local de trabalho onde as funções serão exercidas — circunscrição territorial da União das Freguesias de Amieira e Alqueva.

6 — Caracterização do posto de trabalho — desempenho de funções inerentes à categoria de assistente operacional, da carreira de assistente operacional, em conformidade com o estabelecido no mapa de pessoal, nelas se compreendendo, nomeadamente, realização de tarefas inerentes ao funcionamento dos cemitérios, condução de veículos ligeiros de transporte de pessoas e bens, assegurar a limpeza e conservação das instalações e espaços urbanos, assegurar trabalhos de manutenção e conservação de espaços ajardinados, realizar tarefas de arrumação e distribuição e executar outras tarefas simples não especificadas, de caráter manual e exigindo alguns conhecimentos práticos, e terá como referência a 1.ª posição remuneratória, que será objeto de negociação com a junta de freguesia nos termos dos artigos 38.º, 25.º e 27.º, n.º 2, alínea b), da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.

A descrição do conteúdo funcional nos termos acima expostos não prejudica a atribuição ao trabalhador de funções que lhe sejam afins ou funcionalmente ligadas, para as quais o trabalhador detenha a qualificação profissional adequada e que não impliquem desvalorização profissional, nos termos do n.º 1 do artigo 81.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.

7 — Requisitos gerais para a constituição do vínculo de emprego público — a constituição do vínculo jurídico de emprego público depende também da reunião, pelo candidato ao posto de trabalho que se pretende preencher com o presente procedimento concursal, dos seguintes requisitos:

- a) Ter 18 anos de idade completos;
- b) Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe desempenhar;
- c) Robustez física e perfil psíquico indispensáveis ao exercício das funções;
- d) Cumprimento das leis de vacinação obrigatória.
- e) Possuir carta de condução de veículos ligeiros.
- f) Possuir certificação para aplicação de produtos fitossanitários.

8 — O recrutamento para constituição do vínculo jurídico de emprego público por tempo indeterminado inicia-se sempre de entre trabalhadores com relação ou vínculo jurídico de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecido.

Tendo em conta os princípios de racionalização e eficiência que devem presidir à atividade autárquica, em caso de impossibilidade de ocupação do posto de trabalho por aplicação do disposto no número anterior proceder-se-á ao recrutamento de trabalhadores com relação ou vínculo jurídico de emprego público por tempo determinado ou determinável ou sem relação jurídica ou vínculo de emprego público previamente estabelecido, nos termos do n.º 4 do artigo 30.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.

Exmo (a) Senhor (a)

Informamos que o pedido de publicação registado sob a n/Refª. nº 311476131, foi publicado no DR 2ª Série nº 143 / 0 de 26.07.2018.

Referências - Aviso | 10103/2018, cuja imagem se encontra em: <https://dre.pt/application/file/115777746>  
Caso não consiga aceder à publicação através deste link, pode pesquisar a mesma em <http://dre.pt/gratis/dd2s/ddia2s.asp>.

Com os melhores cumprimentos,

Unidade de Publicações  
Setor de Publicação de Atos